

CONCORRÊNCIA Nº NLP 017/2015

1- PREÂMBULO

A Confederação Brasileira de Clubes – CBC torna público que se acha aberto o processo para a contratação de serviços jurídicos especializados e de consultoria jurídica em matéria de Direito Público, especificamente no âmbito de aquisições/licitações e contratos administrativos, na modalidade **CONCORRÊNCIA nº NLP 017/2015**, do tipo **Técnica e Preço**, por modo de aquisição por preço Global e Regime de Execução por Empreitada por Preço Unitário, o qual será regido pelo Regulamento de Compras e Contratações da CBC (“RCC da CBC”) disponível no sítio eletrônico (<http://www.cbc-clubes.com.br/site/arquivos/files/Regulamento%20de%20Compras%20e%20Contratacoes%20NOVO%20COM%20ANEXO.pdf>) e pelas disposições do presente Edital.

Os avisos contendo o resumo do presente instrumento convocatório foram devidamente publicados no sítio eletrônico da CBC (<http://www.cbc-clubes.com.br/site>), no Diário Oficial da União e no Jornal “O ESTADO DE SÃO PAULO” do dia 14/12/2015.

A sessão pública de processamento será realizada na Rua Açaí, 492, Bairro das Palmeiras, no Município de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13.092-587, **e terá início às 10h do dia 22/12/2015**. A sessão será conduzida pela Comissão de Aquisição, designada pela CBC.

Os documentos deste processo, composto de edital e seus respectivos anexos, poderão ser obtidos na sede da CBC, no endereço indicado no parágrafo anterior, até o último dia útil que anteceder a abertura do certame, bem como poderá ser solicitado ao Departamento de Contratações, exclusivamente pelo endereço eletrônico compras@cbc-clubes.com.br.

2- DO OBJETO

2.1 - Contratação de serviços jurídicos especializados na área contenciosa e de consultoria jurídica em matéria de Direito Público, especificamente para aquisições/licitações e contratos administrativos, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo II.

2.2 - A contratação desta prestação de serviço será realizada através do Processo de Aquisição na modalidade Concorrência, do tipo “Técnica e Preço”, por modo de aquisição por preço Global e Regime de Execução por Empreitada por Preço Unitário, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo II.

3- DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

3.1- O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses e começará a fluir a partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte ao da assinatura do contrato.

3.2- O prazo poderá ser prorrogado nos termos do parágrafo único do art. 43 do RCC, mantidas as condições desta contratação e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro.

4- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1- Poderão participar deste processo de contratação quaisquer sociedades de advogados legalmente estabelecidas e que comprovarem possuir os documentos necessários à habilitação, previstos neste certame, vedada a participação de advogado pessoa física e vedado qualquer tipo de subcontratação, inclusive a contratação ou subcontratação de advogados correspondentes, ou seja, que não possuam vínculo formal com animus definitivo com a participante.

4.2 – No que for compatível com as especificidades em relação às sociedades de advogados, não poderão participar deste processo de aquisição aquelas que estejam enquadradas nos seguintes casos:

4.2.1 Sob Processo de Concordata, Falência ou Insolvência Civil, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

4.2.2 Declaradas inidôneas por qualquer órgão público ou suspensas do direito de participar dos processos seletivos realizados pela CBC e por suas entidades filiadas.

4.2.3 As sociedades de advogados estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citações e não possam responder administrativa ou judicialmente.

4.2.4 Não poderão participar deste processo as sociedades de advogados que possuam em seus quadros: sócios, diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo, comuns aos quadros de outro escritório de advogados que esteja participando deste processo de aquisição.

4.2.5 As sociedades cooperativas, considerando-se o disposto no artigo 14, §3º do RCC - da CBC.

5 – DO CREDENCIAMENTO

5.1 - Iniciada a sessão pública do presente processo de aquisição, o Presidente da Comissão de Aquisição convocará as sociedades de advogados participantes para que apresentem os documentos de credenciamento.

5.1.1 - Para o credenciamento, as sociedades de advogados participantes deverão apresentar os seguintes documentos:

a) A sociedade de advogados participante deverá apresentar-se para credenciamento junto à Comissão de Aquisição por meio de um representante que, munido de documento que o credencie a participar da sessão, venha a responder por sua representada, devendo, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento oficial e com foto.

b) O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para praticar todos os atos pertinentes ao certame em nome da representada, com firma reconhecida em cartório.

b.1) No caso de instrumento particular, deverá ser comprovada a capacidade de o signatário nomear procurador, mediante apresentação de cópia do estatuto, contrato social ou documento equivalente em vigor, conforme modelo contido no Anexo VI – Modelo de Instrumento de Procuração.

b.2) Em sendo o representante sócio, proprietário, dirigente da sociedade de advogados participante, deverá este apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5.2 - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma participante no presente certame, sob pena de exclusão sumária das representadas.

5.3 - A ausência dos documentos de representação impedirá a manifestação do representante da Sociedade de Advogado.

5.4 - Os documentos para o credenciamento de representação legal deverão ser apresentados fora dos envelopes de Documentação, Proposta Técnica e Proposta de Preço.

6- DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS, DA PROPOSTA TÉCNICA E DA PROPOSTA DE PREÇO.

6.1 - No dia, hora e local designados neste edital, em sessão pública, a Comissão de Aquisição dará início aos trabalhos e prestará esclarecimentos sobre a condução do certame aos interessados ou a seus representantes legais.

6.2 - Os documentos referentes à habilitação e às propostas técnica e de preço deverão estar contidos em envelopes opacos, distintos entre si em “1”, “2” e “3” e devidamente lacrados, de acordo com os termos abaixo:

6.2.1. O envelope “1” – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO deverá conter, na parte externa, as seguintes indicações:

ENVELOPE “1” - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

Confederação Brasileira de Clubes – CBC

CONCORRÊNCIA Nº NLP 017/2015

DATA DA ABERTURA:

HORÁRIO DA ABERTURA:

RAZÃO SOCIAL:

ENDEREÇO:

CNPJ:

6.2.2. O envelope “2” – PROPOSTA TÉCNICA deverá conter, na parte externa, as seguintes indicações:

ENVELOPE “2” – PROPOSTA TÉCNICA

Confederação Brasileira de Clubes – CBC CONCORRÊNCIA Nº 017/2015:

DATA DA ABERTURA:

HORÁRIO DA ABERTURA:

RAZÃO SOCIAL:

ENDEREÇO:

CNPJ:

6.2.3. O envelope “3” – PROPOSTA DE PREÇO deverá conter, na parte externa, as seguintes indicações:

ENVELOPE “3” – PROPOSTA DE PREÇO

Confederação Brasileira de Clubes – CBC CONCORRÊNCIA Nº 017/2015

DATA DA ABERTURA:

HORÁRIO DA ABERTURA:

RAZÃO SOCIAL:

ENDEREÇO:

CNPJ:

6.3 – Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e as propostas técnica e de preço dos participantes, nenhum outro envelope será recebido e tampouco será permitida a sua troca.

6.4 - Os envelopes recebidos, em sua totalidade, serão rubricados pelos membros que estiverem constituindo a COMISSÃO DE AQUISIÇÃO e pelos representantes credenciados dos participantes presentes no certame.

6.5 - Todos os documentos de habilitação apresentados pelos participantes deverão estar rubricados por seu representante legal e numerados em sequência crescente.

6.6 - Todo e qualquer documento apresentado no processo de aquisição deverá ser exibido da seguinte forma:

a) Via original:

b) Por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente;

c) Por publicação em órgão da imprensa oficial;

d) Em cópias simples, desde que apresentadas as vias originais, as quais deverão ser confrontadas pela Comissão de Aquisição, com a emissão da declaração de que “conferem com o documento original”.

e) Todos os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome da participante e com o nº do CNPJ e endereço respectivo. Se a participante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se a participante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

f) Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

g) Na eventualidade de ser apresentado algum documento em língua estrangeira, deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.

7- DA HABILITAÇÃO

7.1 A Habilitação da sociedade de advogados participante será aferida por meio dos documentos abaixo indicados, devidamente rubricados e numerados com os seus números de páginas, seguidos do número total de folhas que compõem o conteúdo do envelope (por exemplo: 05/31, onde 05 é o número da página atual e 31 hipoteticamente seria o número total de páginas).

7.2- Sob pena de inabilitação e consequente eliminação automática deste processo, o interessado deverá incluir os documentos previstos neste item no envelope “1”, com o título “**DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**”, devidamente fechado e identificado, conforme indicado neste edital.

7.3 – Todos os documentos comprobatórios exigidos para a habilitação deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste edital para a entrega dos envelopes.

7.4 – Na hipótese de não constar de quaisquer dos documentos a que se refere o Edital, bem como do próprio edital, o respectivo prazo de validade, somente serão aceitos se emitidos no período de 60 (sessenta) dias anteriores à data marcada para entrega dos envelopes de documentos e propostas no preâmbulo deste edital.

7.5 Dos critérios para Habilitação, no que couberem, as exigências também se aplicam às filiais das Sociedades de Advogado participantes.

7.6 – Para a Habilitação, os participantes deverão apresentar:

DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.6.1. Contrato social em vigor, devidamente registrado no respectivo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.

7.6.2. Em se tratando de filial de sociedade constituída em outros Estados o contrato social deverá ser registrado no Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil em cujo território deva funcionar a filial, bem como realizada a inscrição suplementar de seus membros.

7.6.3. Prova de Registro e Inscrição emitidos pela competente Seção ou Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil em nome da Sociedade de Advogados participante.

7.6.4. Prova de registro e inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil do responsável e/ou responsáveis pela prestação dos serviços objeto do Edital, constantes da tabela com a lista de equipe técnica, conforme modelo no Anexo VII.

DA REGULARIDADE FISCAL

7.6.5. Prova de inscrição da Sociedade de Advogados e de sua(s) filial(is) no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.6.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Sociedade de Advogados participante, bem como de eventuais filiais, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste Edital

7.6.7. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal (RFB, PGFN e INSS), Estadual ou Distrital e Municipal (Mobiliários e Imobiliários) do domicílio ou sede da Sociedade de Advogados participante, bem como de eventuais filiais;

7.6.8. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

7.6.9. Prova de inexistência de débitos trabalhistas através da apresentação da CNDT.

7.6.9.1. Serão aceitas certidões positivas, com efeito de negativa e certidões positivas, que noticiem que os débitos certificados estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.6.10. Atestado(s) de capacidade técnica em nome da Sociedade de Advogados participante ou de um de seus sócios, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove qualificação técnica e experiência anterior na prestação de serviços na área contenciosa e de consultoria jurídica em Direito Público, especificamente para aquisições/licitações e contratos administrativos.

7.6.11. Atestado(s) de capacidade técnica em nome da Sociedade de Advogados participante ou de um de seus sócios, ou do profissional responsável pelos serviços nela integrado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove qualificação técnica e experiência anterior na realização de treinamentos e capacitações em assuntos relacionados ao objeto do certame, considerando a necessidade de treinamento e capacitação de excelência ao seguimento específico dos clubes esportivos e sociais em Congressos ou eventos de qualquer natureza;

7.6.12. Na averiguação dos Atestados de Capacidade Técnica, a Comissão de Aquisição fará diligências para verificar a autenticidade e confirmação do conteúdo do atestado, a fim de comprovar a idoneidade do documento, e, caso seja constatado que o documento apresentado não é válido ou é inidôneo, será encaminhado aos órgãos de controle competentes, sem prejuízo da inabilitação do interessado.

DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.6.13. Comprovação da inexistência de processo de insolvência civil ou de falência e recuperação judicial ou extrajudicial contra o participante através das certidões dos Distribuidores competentes.

7.6.14. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, mediante a apresentação dos Termos de Abertura e Encerramento com registro na Junta Comercial, Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados, todos extraídos do Livro Diário, ou documentos equivalentes às Sociedades de Advogados registrados em órgãos próprios da OAB, que comprovem a situação financeira da entidade.

7.6.14.1. A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e}$$

a) Os cálculos de atualização e dos índices deverão constar de memória a ser apresentada junto com o balanço.

b) Será considerado como apresentado o balanço patrimonial na forma de apresentação de fotocópia dos documentos e livros contábeis adotados pela sociedade de advogados, desde que registrados e autenticados na Seccional da OAB competente, nos termos do preceituado no Art. 9º do Provimento nº 112/2006 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

c) O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão ser assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis referem-se ao último exercício social.

d) As participantes deverão comprovar sua capacidade financeira por meio de índices de liquidez geral, liquidez corrente e solvência geral, maior que 01 (um), considerado necessário e suficiente para assegurar a execução dos serviços no porte da licitação, calculados na forma do item 7.6.14.1 acima.

e) A participante que apresentar resultado igual ou menor que 01 (um), em qualquer dos índices do balanço, deverá comprovar que possui capital social registrado ou patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% do valor estimado para a contratação. Tal comprovação será efetuada por meio de balanço da empresa. As participantes deverão garantir que a informação sobre o balanço e o patrimônio líquido estarão disponíveis para consulta pela Comissão na sessão pública, sob risco de serem inabilitadas.

DAS DECLARAÇÕES

7.6.15. Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal do participante, de que não utiliza mão de obra infantil, conforme disposto na Lei Federal n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999 de acordo com o modelo do Anexo III deste Edital.

7.6.16. Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal do participante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração ou com a CBC, conforme modelo Anexo IV deste Edital.

7.6.17. Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar em nome da sociedade de advogados participante, com n.º do CNPJ e endereço respectivos, observando o quando segue:

- a) Se a sociedade de advogados participante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) Se a sociedade de advogados participante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que são emitidos para a matriz, mas são válidos também para as filiais;
- c) Se a sociedade de advogados participante for a matriz e a prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente.

8 – DA PROPOSTA TÉCNICA

8.1. A proposta técnica será composta pelos seguintes elementos:

8.1.1. Comprovante de atuação em processos administrativos junto ao Tribunal de Contas da União – TCU (N1);

8.1.2. Comprovante de atuação em consultorias na área de Licitações, Aquisições e Contratos Administrativos (N2).

8.1.3. Diploma ou certificado de conclusão de curso de pós-graduação *stricto sensu* na área do Direito Público de membro que integrará a Equipe Técnica, disponibilizada pela proponente para os serviços objeto do presente certame (N3);

8.1.4. Diploma ou certificado de conclusão de curso de especialização na área de Direito Público, no âmbito do Direito Administrativo, de membro que integrará a Equipe Técnica, disponibilizada pela proponente para os serviços objeto do presente certame (N4);

8.1.5 Livros publicados e/ou capítulos em livros e/ou Artigos, Estudos e/ou Pareceres Jurídicos publicados em Revistas Especializadas relacionados a temas de Direito Público, especificamente sobre questões atinentes ao objeto deste Processo (N5); e

8.1.6. Tempo de experiência profissional, referenciada em tempo de inscrição na respectiva Seção ou Subseção da OAB, de cada um dos profissionais listados na tabela constante do Anexo VII deste Edital (N6).

8.1.7. Atuação de, pelo menos, 1 membro da equipe como professor de cursos sobre assuntos relacionados ao objeto do presente processo ou de membro da equipe que tenha ministrado treinamento/capacitação em cursos relacionados ao objeto do presente processo de contratação (licitações e contratos administrativos) (N7).

8.1.8. Atuação em processos administrativos de aquisição/licitação com a comprovação de elaboração de pareceres jurídicos prévios à contratação (N8).

8.1.9. Atuação em processos judiciais sobre matéria de Direito Público (licitações e contratos administrativos) (N9).

8.2. Para comprovação dos subitens 8.1.1 retro, a proponente poderá apresentar cópias dos seguintes documentos:

8.2.1. Cópias das peças relacionadas aos subitens acima assinadas por um ou mais membros da Equipe Técnica, devidamente protocolizadas no Tribunal de Contas da União – TCU, com autenticação apenas da página que contém protocolo (não serão consideradas as peças cujo teor seja de mero expediente);

8.2.2. Publicações efetuadas no Diário Oficial da União –, por parte do respectivo Tribunal, constando o nome dos membros da Equipe Técnica responsável(is) pela defesa.

8.3. Para comprovação dos itens 8.1.2 e 8.1.8 a proponente deverá apresentar atestados de capacidade técnica que indiquem a execução anterior de serviços na área de assessoria ou consultoria em licitações/aquisições e/ou contratos administrativos.

8.4. Para comprovação do item 8.1.5, a proponente deverá apresentar cópia que comprove a veiculação dos artigos, estudos, pareceres, capítulos e livros.

8.5. A Comissão de Aquisição poderá a qualquer momento e sempre que entender necessário, efetuar diligência e solicitar maiores esclarecimentos sobre a documentação apresentada, inclusive a terceiros, visando o melhor julgamento.

8.6. Não será admitida a apresentação no envelope 02 (PROPOSTA TÉCNICA) de qualquer referência ao conteúdo dos envelopes 01 (HABILITAÇÃO) ou 03 (PROPOSTA DE PREÇO).

8.7. A participante deverá anexar no envelope de proposta técnica, tabela contendo a Equipe Técnica Especializada conforme ANEXO VII – EQUIPE TÉCNICA ESPECIALIZADA (MODELO), onde deverá constar o nome do profissional, número de registro na OAB, área de atuação e tipo de vínculo com a Sociedade de Advogados.

8.7.1. A Equipe Técnica listada nos termos do item 8.7 acima deverá ser a mesma responsável pela prestação dos serviços objeto do presente Edital.

8.7.2. O vínculo dos Advogados responsáveis pelos serviços deverá ser demonstrado por meio de documentos que comprovem que o profissional atua efetivamente em nome da sociedade participante, tais como o contrato de trabalho firmado entre o advogado e a sociedade acompanhado da anotação na CTPS, ou o instrumento de associação participativa, devidamente registrado na OAB, ou certidão emitida pela própria OAB, que comprove a referida vinculação.

8.7.3. Para fins de pontuação técnica, a comprovação do tempo de experiência/inscrição de cada um dos Advogados será feita com a apresentação da certidão de inteiro teor expedida pela OAB.

9 – DA PROPOSTA (De Preço)

9.1 - O envelope “3”, com o título “**(Proposta de Preço)**”, deverá ser apresentado em papel timbrado do participante, devidamente preenchido, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas.

9.1.1 - A apresentação da Proposta de Preço deverá obedecer ao modelo estabelecido no Anexo V do edital contendo:

- a) Razão social, endereço/CEP/Cidade, CNPJ e Registro no Conselho Seccional da OAB;
- b) Número do Processo e da CONCORRÊNCIA;
- c) Valor unitário e global dos serviços nos termos do Modelo de Proposta;
- d) Prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias;
- e) Nos preços propostos deverão estar incluídos, lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, viagens, alimentação, hospedagem, impostos, taxas, tributos de qualquer natureza e toda e qualquer despesa, direta ou indireta, relacionada com o fornecimento do objeto deste Edital;

9.1.2- A proposta de preços deverá conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou quaisquer condições ou vantagens que induzam o julgamento.

9.2 Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preço global ou unitário simbólico, irrisório, de valor zero ou excessivo, bem como manifestamente inexecutáveis nos termos da legislação em vigor.

9.2.1. A Comissão de Aquisição poderá pedir a composição dos custos da sociedade de advogados participante, a fim de verificar eventual inexecutabilidade da proposta.

9.2.2. Sem prejuízo do item 9.2.1 acima, serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela CBC; ou
- b) valor orçado pela CBC.

10 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

10.1 - O julgamento do certame compreenderá as fases de: **habilitação**, destinada ao exame da regularidade dos documentos apresentados pelos participantes, **análise da proposta técnica**, com a divulgação da pontuação obtida; e da pontuação de **classificação**, em que será apreciada a respectiva proposta de preço, para fins de classificação dos participantes.

10.2 - O julgamento do certame será realizado em tantas sessões públicas quantas forem necessárias para o completo exame dos documentos e propostas, sempre com a lavratura da respectiva ata circunstanciada, assinada pelos participantes presentes e pelos membros da COMISSÃO DE AQUISIÇÃO.

10.3 - Os interessados poderão participar do certame através de representante legal ou preposto.

10.4 - Na sessão de recebimento dos envelopes, o representante legal do participante deverá entregar ao Presidente da COMISSÃO DE AQUISIÇÃO prova de sua investidura ou, se for o caso de preposto, o documento de credenciamento, redigido conforme o **Modelo de Instrumento de Procuração – ANEXO VI** deste edital.

10.5 - O representante legal ou credenciado da sociedade participante deverá exhibir, ao Presidente da COMISSÃO DE AQUISIÇÃO, documento com foto que comprove a sua identidade.

10.6 - Abertos os envelopes, todos os documentos neles contidos deverão ser rubricados pelos representantes dos participantes e pelos membros da COMISSÃO DE AQUISIÇÃO.

10.7 - A apreciação e o julgamento dos documentos, apresentados pelos participantes, poderão ser efetuados na própria sessão de recebimento dos envelopes ou em sessão posterior, com data, local e hora a serem definidos pela COMISSÃO DE AQUISIÇÃO.

10.8 - A comunicação de tais informações será feita diretamente, se os representantes legais dos participantes estiverem presentes. Caso contrário, por publicação no sítio eletrônico da Confederação Brasileira de Clubes – www.cbc-clubes.com.br.

10.9 - Não será concedido prazo para a apresentação de novos documentos, a menos que a Comissão de Aquisição considere que referida concessão seja necessária para o bom e correto andamento do presente processo e desde que os documentos ou informações prestadas não devessem constar originalmente da proposta.

10.10 - No caso de os representantes legais se manifestarem formalmente pela renúncia ao direito de interposição de recursos contra a decisão referente à fase de habilitação ou à classificação da proposta técnica, a COMISSÃO DE AQUISIÇÃO poderá proceder à abertura do envelope correspondente à fase seguinte.

10.11 - Caso contrário, aguardar-se-á o decurso do prazo recursal e o julgamento dos eventuais recursos interpostos para, então, proceder-se à convocação dos participantes habilitados para a abertura do envelope, contendo a proposta técnica.

10.12 – Aos participantes inabilitados serão devolvidos os envelopes, contendo as propostas técnicas e de preço, após a assinatura do contrato.

11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1. O julgamento das Propostas Técnicas será feito por meio da análise do conteúdo das suas informações, nos termos da exigência constante do item 8 bem como a comparação entre elas, atribuindo-lhes pontos conforme a seguir descrito:

11.1.1. A Nota Técnica (NT) compreenderá no máximo 125 (cento e vinte e cinco) pontos e será obtida por meio da somatória dos subitens, conforme a seguir:

I. Atuação em processos administrativos (defesa, manifestação e razões de justificativa) junto ao Tribunal de Contas da União (**N1**). A(s) peça(s) que a proponente oferecer será(ão) pontuada(s) com base no critério a seguir descrito, correspondente no máximo a 15 (quinze) pontos:

- a) de 01 a 05 peças - 05 pontos
- b) de 06 a 10 peças - 10 pontos
- c) mais de 10 peças - 15 pontos

II. Atestados de capacidade técnica comprovando a execução anterior de serviços de consultoria e/ou assessoria em Licitações e Contratos Administrativos (**N2**) correspondendo no máximo a 15 (quinze) pontos:

- a) – 01 atestado 05 pontos
- b) – 02 a 03 atestados 10 pontos
- c) – 04 atestados ou mais 15 pontos

III. Título de pós-graduação *stricto sensu* na área do Direito Público de membro que integrará a Equipe Técnica, conforme lista disponibilizada pela proponente – Anexo VII, para os serviços objeto do presente certame (**N3**). A comprovação desse subitem será pontuada de acordo com o critério a seguir descrito, correspondendo no máximo a 10 (dez) pontos:

- a) 01 a 03 profissional(is) pós-graduado(s) - 05 pontos
- b) 04 ou mais profissionais pós-graduados - 10 pontos

IV. Diploma ou certificado de conclusão de curso de especialização na área do Direito Público, no âmbito do Direito Administrativo, de membro que integrará a Equipe Técnica, disponibilizada pela proponente para os serviços objeto do presente certame (**N4**). A Comprovação desse subitem será pontuada de acordo com o critério a seguir descrito, correspondendo no máximo a 10 (dez) pontos:

- a) 01 a 03 profissional(is) - 05 pontos
- b) 04 ou mais profissionais – 10 pontos

V. Livros publicados e/ou capítulos em livros e/ou Artigos, Estudos e/ou Pareceres Jurídicos publicados em Revistas Especializadas relacionados a temas de Direito Público, especificamente sobre questões atinentes ao objeto deste Processo **(N5)**. O(s) Livro(s), Capítulo(s), Artigo(s), Estudo(s) e/ou Pareceres Jurídicos publicados que a proponente encartar será(ão) pontuado(s) de acordo com a quantidade apresentada, com base no critério a seguir descrito correspondendo no máximo a 15 (quinze) pontos:

- a) de 01 a 05 - 05 pontos
- b) de 05 a 10 - 10 pontos
- c) mais de 10 - 15 pontos

VI. Tempo de experiência profissional, referenciada em tempo de inscrição na respectiva Seção ou Subseção da OAB, de cada um dos profissionais listados na tabela constante do Anexo VII deste Edital **(N6)**. Será(ão) pontuado(s) de acordo com a quantidade de profissionais apresentada, com base no critério a seguir descrito, correspondendo a, no máximo, 20 (vinte) pontos:

- a) De 03 a 05 anos de inscrição na OAB - 1 ponto por Advogado
- b) De 05 a 09 anos de inscrição na OAB - 3 pontos por Advogado
- c) Período superior a 09 anos de inscrição na OAB - 5 pontos por Advogado

VII. Atuação de, pelo menos, 01 membro da equipe como professor de cursos sobre assuntos relacionados ao objeto do presente processo ou de membro da equipe que tenha ministrado treinamento/capacitação em cursos relacionados ao objeto do presente processo de contratação (licitações e contratos administrativos), correspondendo a, no máximo, 10 (dez) pontos, tendo como critério o número de membros da equipe com referida habilidade **(N7)**:

- a) 01 – 03 pontos
- b) de 02 a 03 – 06 pontos
- c) de 04 ou mais – 10 pontos

VIII. Atuação em processos administrativos (de licitação ou de contratação direta) com a comprovação de elaboração de pareceres jurídicos prévios à contratação, correspondendo no máximo a 15 (quinze) pontos **(N8)**:

- a) – 01 a 05 processos com pareceres jurídicos - 05 pontos
- b) – 06 a 10 processos com pareceres jurídicos - 10 pontos

c) – 11 ou mais processos com pareceres jurídicos - 15 pontos

IX. Atuação em processos judiciais sobre matéria de Direito Público (licitações e contratos administrativos), correspondendo no máximo a 15 (quinze) pontos (N9):

a) – 01 a 05 processos - 05 pontos

b) – 06 a 10 processos - 10 pontos

c) – 11 ou mais processos - 15 pontos

11.1.2. A Pontuação Técnica (PT) da proposta técnica será obtida de acordo com a seguinte fórmula:

PT= I + II + III + IV + V + VI + VII + VIII + IX

11.1.3. Cálculo da Nota Técnica (NT):

11.1.3.1. O resultado obtido da divisão da Pontuação Técnica – PT de cada proposta por aquela que obteve a maior pontuação, será a Nota Técnica.

NT = Pontuação Técnica (PT) da proposta em exame / Maior Pontuação Técnica Obtida

11.1.3.2. Para efeito de cálculo da Nota Técnica (NT) serão levadas em consideração duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.

11.1.4. Na hipótese de a proponente deixar de apresentar a documentação de comprovação da pontuação, esta será desconsiderada no item a que se referir.

11.1.5. Para que seja considerada a pontuação, os advogados da Equipe Técnica da proponente deverão estar a seu serviço ou comprometidos através de Termo de Compromisso a efetivamente estarem a seu serviço em data anterior a da contratação, sendo que a frustração do compromisso será considerada infração contratual pela Sociedade de Advogados participante, a menos que o advogado dissidente seja substituído por outro cujos critérios técnicos sejam iguais ou superiores àquele, devendo, em todo caso, tal substituição ser aceita pela CBC.

11.1.6. Caso algum documento utilizado para comprovação da pontuação esteja em idioma estrangeiro, esse deverá estar acompanhado de tradução realizada por tradutor juramentado.

11.2. Em seguida, será calculada a Nota da Proposta de Preço (NP):

11.2.1. As propostas que atenderem aos requisitos do edital serão verificadas quanto a erros, os quais serão corrigidos da seguinte forma:

11.2.1.1. Em caso de discrepâncias entre valores grafados em algarismos e aqueles escritos por extenso, prevalecerá o valor desses últimos;

11.2.1.2. Erros aritméticos, eventualmente cometidos pela proponente, serão corrigidos pela COMISSÃO DE AQUISIÇÃO, mantendo-se o preço da hora trabalhada e corrigindo-se o resultado da operação aritmética contaminada; e

11.2.1.3. O valor total da proposta será ajustado pela Comissão de Aquisição em conformidade com os procedimentos acima para correção de erros. O valor resultante constituirá o valor total proposto.

11.2.2. A Nota da Proposta de Preço (NP) será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$NP = MC / PC$$

NP= Nota PREÇO

MC = menor valor válido proposto dentre todas as proponentes

PC = valor da proposta de preço da proponente em exame, que não deve ser superior ao orçado pela CBC.

11.2.2.1. Para efeito de cálculo da Nota da Proposta DE PREÇO da proponente (NP) serão levadas em consideração duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.

11.2.3. Serão desclassificadas as propostas de preço que:

11.2.3.1. Não obedecerem às exigências do edital ou da legislação aplicável ou impuserem alguma condição;

11.2.3.2. Forem omissas, vagas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
ou

11.2.3.3. Apresentarem preço total superior ao estimado.

11.3. A classificação final das proponentes dar-se-á pela Nota Final (NF) que será de acordo com a ponderação da Nota Técnica (NT) e da Nota DE PREÇO (NP), adotado o peso 07 (sete) para a Nota Técnica (NT) e o peso 03 (três) para a Nota DE PREÇO (NP), mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$NF = [(7 \times NT) + (3 \times NP)]$$

11.3.1. Para efeito de cálculo da Nota Final (NF), serão levadas em consideração duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.

11.3.2. Será considerado primeiro classificado o proponente que obtiver a maior Nota Final (NF).

11.3.3. No caso de empate, far-se-á, obrigatoriamente, o desempate por meio de sorteio, em sessão pública, para a qual serão convocados todos os participantes.

12 – DOS RECURSOS

12.1 - Das decisões proferidas pela Comissão de Aquisição, os interessados poderão manifestar interesse fundamentado em interpor recurso, sendo que as razões pormenorizadas deverão ser enviadas por escrito no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de comunicação da decisão no site da CBC (<http://www.cbc-clubes.com.br/site>). Interposto o recurso, a Comissão de Aquisição publicará cópia no site <http://www.cbc-clubes.com.br/site/licitacao> para publicidade aos demais Concorrentes, para efeito de prazo de contrarrazões, em igual número de dias, que começará a correr no término do prazo do recorrente.

12.1.2 - As razões e contrarrazões de recurso deverão, no prazo supramencionado, ser endereçadas ao Presidente da Comissão de Aquisição, e protocoladas fisicamente na CBC, situada à Rua Açai, 566, Bairro das Palmeiras, Campinas, SP, CEP 13.092-587, no horário das 8h às 18h, nos dias úteis. Na hipótese de envio pelo Correio será considerada a data de recebimento pela CBC.

12.1.3 - Decidido o recurso e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à sociedade de advogados participante vencedora e homologará o procedimento.

12.1.4 - O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13 – DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

13.1 - Decididos os eventuais recursos ou transcorrido em branco o prazo para sua interposição, ou ainda, ocorrida a desistência expressa pelos participantes, os autos do procedimento de aquisição serão encaminhados ao Senhor Presidente da CBC, a fim de que decida acerca da homologação do certame e adjudicação do objeto ao vencedor, convocando-se o adjudicatário para a assinatura do contrato.

14 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 – O descumprimento das condições técnicas, comerciais ou jurídicas estabelecidas no edital, proposta de preço e contrato caracterizará o descumprimento das obrigações assumidas e poderá acarretar ao participante as seguintes penalidades, previstas no instrumento convocatório:

I – advertência;

II – multa;

III – suspensão temporária para participar dos processos seletivos da Confederação Brasileira de Clubes – CBC e de suas entidades filiadas e, por consequência, de contratar com a mesma, pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses e máximo de 24 (vinte e quatro) meses, nas condições estabelecidas no instrumento convocatório.

14.2 - As penas previstas nos incisos I, II e III desta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente ou não, sem prejuízo da rescisão do ajuste por ato unilateral da Confederação Brasileira de Clubes – CBC ou de sua entidade filiada bem como a aplicação das demais disposições dos artigos 50 e seguintes do Regulamento de Compras e Contratações da CBC.

14.3 - Das Multas:

I - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar, aceitar ou retirar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela **CONTRATANTE**, ensejará a multa correspondente a 30% do valor do ajuste ou, a critério da Confederação Brasileira de Clubes – CBC, multa correspondente à diferença do preço resultante de nova aquisição para realização da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor.

14.4 - A inexecução total do ajuste ensejará a aplicação de multa de 30% do valor do ajuste ou, a critério da Confederação Brasileira de Clubes – CBC, multa correspondente à diferença do preço resultante de nova aquisição para realização da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor.

14.5 - A inexecução parcial do ajuste ensejará a aplicação de multa de 20% calculada sobre o valor dos materiais não entregues ou serviços não executados ou, a critério da Confederação Brasileira de Clubes – CBC, multa correspondente à diferença do preço, resultante da nova aquisição, referente à parcela da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor.

14.6 - O descumprimento injustificado de prazos fixados no contrato para entrega de materiais e execução de serviços com prazos determinados ensejará a aplicação das seguintes multas, que incidirão sobre o valor das obrigações não cumpridas:

- a - atraso de até 15 dias = 0,5% por dia de atraso
- b - atraso de 16 a 30 dias = 0,6% por dia de atraso
- c - atraso de 31 a 60 dias = 0,8% por dia de atraso

14.7 - O atraso superior a 60 dias será considerado inexecução parcial ou total do ajuste, conforme o caso.

14.8 - Nos casos de materiais ou serviços não entregues, o atraso será contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estabelecido para a entrega.

14.9 - Nos casos de materiais ou serviços entregues e não aceitos, o atraso será contado a partir do 1º dia útil subsequente ao prazo estabelecido para a nova entrega.

14.10 - O descumprimento das obrigações que firam critérios e condições previstos nos contratos de prestação de serviços e que não configurem inexecução total ou parcial do ajuste ou mora no adimplemento, ensejará a aplicação de multa de 5% que incidirá sobre o valor contratual correspondente ao(s) serviço(s) objeto do descumprimento.

14.11 - Configurado o descumprimento da obrigação contratual, será a contratada notificada da infração e da penalidade correspondente, para apresentar defesa no prazo de 5 dias úteis contados do 1º dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

14.12 - Recebida a defesa, a autoridade competente deverá manifestar-se motivadamente sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, para concluir pela imposição ou não da penalidade.

14.13- No caso de aplicação de quaisquer das sanções, a(s) mesma(s) deverá(ão) ser publicada(s) no Sítio Eletrônico da Confederação Brasileira de Clubes – CBC.

14.14 - O valor correspondente à multa, após o devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito da ampla defesa à contratada, será descontado do primeiro pagamento subsequente devido à Contratada decorrente de execução contratual e no caso de não haver pagamentos pendentes à contratada, o valor da multa deverá ser recolhido à CBC, por meio de depósito bancário, no prazo de até 05 dias contados da publicação da multa no sítio eletrônico da CBC ou, caso o contrato tenha exigido garantia, o valor da multa será descontado da garantia prestada.

14.15 - A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito de que a CBC venha a rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15 - DO CONTRATO

15.1 - Uma vez homologado o resultado do certame, a CBC convocará a sociedade de advogados vencedora para a assinatura do contrato, nos termos da minuta constante do **ANEXO I** deste edital.

15.2 - A licitante vencedora fica obrigada a, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação, entregar o contrato devidamente assinado pelo representante legal. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado expressamente pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela CBC.

15.3 - Como condição para a celebração do contrato e durante a vigência contratual, a sociedade de advogados participante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas no processo.

15.4 - Como condição para a celebração do contrato a Sociedade de Advogados deverá apresentar relação da equipe técnica (Anexo VII do Edital) responsável pela execução dos serviços e respectivos Currículos profissionais que demonstram sua capacidade técnica em atender o objeto do Certame em número razoável de Advogados, qualificados, e em número mínimo de 02 (dois). Ademais, deverá apresentar declaração de disponibilidade para a presença na Sede da CBC, em reuniões eventualmente convocadas, sem prejuízo

para a necessidade de presença, dos responsáveis pelos processos, em sessões ou outras atividades relativas ao objeto da contratação.

15.4.1 – O disposto no item 15.4 acima, bem como no item 15.4.2 abaixo, se aplicam, de igual forma, à apresentação de relação (Anexo VIII do Edital) de responsáveis pelos treinamentos a que se refere o item 1.1.5 do termo de referência – Anexo II, nos mesmos termos, inclusive quanto ao número mínimos de profissionais.

15.4.2 - Requer-se um número mínimo de Advogados para garantir que, sempre que solicitado pela CBC, a Sociedade de Advogados envie seu representante previamente listado, evitando situações onde a concomitância de compromissos assumidos possa resultar em dificuldade na prestação dos serviços objeto desta contratação e eventual descumprimento da obrigação.

15.5 - No caso de descumprimento dos subitens anteriores, serão convocados por ordem de classificação os demais participantes para assinar o contrato, nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com este edital.

15.6 - É vedada a subcontratação de pessoas físicas ou jurídicas, a cessão ou a transferência parcial ou total do objeto deste edital, considerando, ainda, que a contratação bem como o processo de aquisição levaram em conta os critérios técnicos apresentados, atrelados à equipe técnica apresentada pela sociedade de advogados em seu momento oportuno.

15.7 - O contrato a ser firmado com a sociedade de advogados participante vencedora incluirá a responsabilidade das partes, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, aos quais estará vinculada, bem como das determinações contidas no RCC da CBC, visando a fiel execução do objeto, obedecidas a forma da minuta constante do Anexo I.

15.8 - A recusa injustificada da sociedade de advogados participante vencedora em assinar o Contrato caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, considerando-se decaído seu direito de vencedora e sujeitando-a às penalidades previstas no RCC da CBC.

16- DO REAJUSTAMENTO

16.1 - Os preços que virem a ser pactuados em decorrência deste processo serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses.

16.2 – Inexiste a possibilidade de adoção pelas partes de qualquer espécie de atualização financeira nesse período.

16.3 - Os valores contratados poderão ser reajustados após o decurso desse período, e o critério de reajuste será pela variação do IGPM.

16.4 - A adoção do índice dar-se-á a partir da data de apresentação da proposta de preços.

16.5 - Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a sociedade de advogados participante vencedora, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado - (IGP-M), publicado pela Fundação Getúlio Vargas- FGV.

17 – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

17.1 - Executados os serviços em cada mês, para fins de emissão de Nota Fiscal o gestor do contrato emitirá relatório atestando a prestação de serviços.

18 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1 – A cada período mensal da prestação dos serviços, o Gestor do Contrato avaliará o atendimento às obrigações contratadas e emitirá termo de aceite, após emissão e apresentação da Nota Fiscal referente ao número de horas correspondentes aos trabalhos realizados conforme o objeto contratado.

18.2 - A CBC executa os seus pagamentos aos fornecedores nos dias **5, 15 e 25 de cada mês**, ou, na coincidência com finais de semana ou feriados, no dia útil imediatamente seguinte. Assim, constatado o cumprimento da obrigação e trâmites internos de aprovação, o pagamento será efetuado em um dos dias mencionados acima, desde que observado, no entanto, o prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis ao da apresentação da nota fiscal, contados a partir do primeiro dia útil ao do recebimento do documento.

18.3 - As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá até o 5º (quinto) dia útil da data da apresentação da nota devidamente corrigida, observando o critério estabelecido em 18.1.

18.4. - O pagamento será feito mediante crédito em conta corrente em nome da Contratada, informada no Contrato a ser assinado.

19- CONSIDERAÇÕES GERAIS

19.1 - As normas disciplinadoras deste processo de contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os participantes, a finalidade e a segurança da contratação, sempre que não comprometam o interesse público.

19.2 - A contagem dos prazos obedecerá ao disposto no art. 59 do RCC da CBC.

19.3 - O presente processo de aquisição poderá ser cancelado, motivadamente e a critério da CBC, sem direito a indenizações às Sociedades de Advogados participantes.

19.4 - Até a data fixada para recebimento dos envelopes das Propostas e dos Documentos de Habilitação, qualquer pessoa poderá, em relação ao ato convocatório:

a) Solicitar esclarecimentos, no prazo de até 2 (dois) dias úteis anteriores à data da abertura, cuja resposta deverá ser enviada à sociedade de advogados participante e demais interessados em 24 horas;

b) Impugná-lo, em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data da sessão pública especificada no Preâmbulo, até às 18 (dezoito) horas do horário oficial de Brasília-DF.

19.5 - A petição contra o ato convocatório será dirigida à Comissão de Aquisição, no endereço da sede da CBC, devendo ser protocolada fisicamente no prazo estabelecido. Na hipótese de envio pelo Correio será considerada a data de recebimento pela CBC.

19.6 - Os pedidos de esclarecimento serão dirigidos à Comissão de Aquisição, no endereço da sede da CBC, ou por meio do endereço eletrônico compras@cbc-clubes.com.br, devendo ser recebidos pela CBC no prazo estabelecido.

19.7 - As respostas às impugnações e aos esclarecimentos serão disponibilizadas no sítio eletrônico da CBC para os interessados.

19.8 - Acolhida a petição referida no item 19.4, letra “b”, será designada nova data para a realização do certame, se for o caso.

19.9 - Os casos omissos do presente processo serão solucionados pela Comissão de Aquisição, com base no RCC da CBC e nos princípios de que lhe são aplicáveis.

19.10 - No julgamento das propostas e na habilitação, a Comissão de Aquisição poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

19.11 - A falta de data ou de assinatura em documento exigido no ato convocatório poderá ser suprida pelo Representante Legal credenciado e presente na sessão pública.

19.12 - É facultada à Comissão de Aquisição e à autoridade superior, em qualquer fase do processo, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado diante dos requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.

19.7 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste processo, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Campinas/SP com exclusão de qualquer outro.

20 - ANEXOS QUE INTEGRAM ESTE EDITAL

Anexo I - Minuta de Contrato;

Anexo II – Termo de Referência;

Anexo III – Modelo de Declaração Relativa a Trabalho de Menores;

Anexo IV – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo;

Anexo V – Modelo de Proposta de Preço;

Anexo VI – Modelo de Instrumento de Procuração;

Anexo VII – Modelo de Lista de Equipe Técnica Especializada.

Anexo VIII – Modelo de Lista de Equipe Técnica Especializada (Treinamentos).

Anexo IX – Planilha de Estudo de Mercado

Campinas, 14 de dezembro de 2015.



Jair Alfredo Pereira
Presidente da CBC

ANEXO I

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Aos [●] dias do mês de [●] do ano de dois mil e dezesseis (2016), nesta cidade de _____, na _____ - CEP _____, de um lado, na qualidade de **CONTRATANTE**, a _____ - _____, inscrita no CNPJ sob o nº 00.172.849/0001-42, neste ato representado pelo Sr. [●], e, de outro lado, na qualidade de **CONTRATADA** [●], com sede na [●], inscrita no CNPJ sob nº [●], com inscrição estadual nº [●], municipal nº [●], neste ato representada por [●], adjudicatária do objeto do Concorrência Nº _____/2015, autorizada no Processo Nº [●], têm entre si justo e contratado, nos termos do que determina o Regulamento de Compras e Contratações da Confederação Brasileira de Clubes – CBC e obedecidas as disposições contidas no Edital e seus Anexos, aos quais se vincula o presente instrumento, o que se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A **CONTRATADA**, na qualidade de adjudicatária da **Concorrência nº NLP 017/2015**, sob o regime de empreitada por preço unitário, obriga-se a cumprir o estabelecido neste instrumento contratual, o qual tem por objeto a contratação da prestação de serviços jurídicos especializados na área contenciosa e de consultoria jurídica em matéria de Direito Público, especificamente no âmbito de aquisições e contratos administrativos, conforme as características e descrições informadas no Termo de Referência – Anexo II.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da **CONTRATADA**, além de outras fixadas neste contrato, no Edital e Anexos, bem como no Regulamento de Compras e Contratações da Confederação Brasileira de Clubes – CBC as seguintes:

- I - manter, durante todo o prazo de vigência deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas para assinatura deste instrumento;
- II - cumprir o objeto da presente avença de acordo com o Anexo II – Termo de Referência e com a Proposta de Preços, na estrita observância da legislação pertinente em vigor;
- III - não divulgar quaisquer dados, conhecimentos e resultados decorrentes da execução do objeto deste Contrato, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da **CONTRATANTE**, além de outras fixadas neste instrumento contratual e no respectivo Edital, as seguintes:

- I - assegurar à **CONTRATADA** o recebimento dos créditos decorrentes do adimplemento de suas obrigações;
- II - fornecer todas as informações, esclarecimentos e condições necessárias à plena execução do objeto do presente ajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

Os prazos para a prestação dos serviços são aqueles estabelecidos no Anexo II – Termo de Referência do Edital.

§ 1º - A prestação de serviços, objeto do presente Contrato, será acompanhada e fiscalizada pelo Departamento de Contratações, a qual anotará, em registro próprio, qualquer ocorrência havida que esteja em desacordo com os termos do ato convocatório, seus Anexos ou deste instrumento contratual, determinando, em decorrência disto, o que for necessário à regularização das falhas observadas.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Qualquer alteração contratual deverá observar o disposto no Regulamento de Compras e Contratações da Confederação Brasileira de Clubes – CBC.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REAJUSTE.

O preço total do objeto enunciado na Cláusula Primeira deste ajuste é de R\$[●] ([●] Reais). A **CONTRATANTE** executa os seus pagamentos aos fornecedores nos dias **5, 15 e 25 de cada mês**, ou, na coincidência com finais de semana ou feriados, no dia útil imediatamente seguinte. Assim, constatado o cumprimento da obrigação e trâmites internos de aprovação, o pagamento será efetuado em um dos dias mencionados acima, desde que observado, no entanto, o prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis ao da apresentação da nota fiscal, contados a partir do primeiro dia útil ao do recebimento do documento, acompanhado dos documentos de cobrança, das certidões do FGTS e Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União atualizadas, se necessário, sem qualquer correção monetária.

§ 1º - As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta de recursos destinados a este Projeto, cuja fonte de recursos é proveniente das despesas administrativas destinados à CBC, de acordo com a Lei nº 9.615/1998 (Lei Pelé), com o Decreto nº 7.984/2013 que a regulamenta e com a Portaria n. 01 de 2014 do Ministério do Esporte.

§ 2º - Caso o dia do pagamento recaia em dia não útil, esse será efetuado no primeiro dia útil subsequente, sendo certo que, mesmo nesse caso, manter-se-á, na fatura, o dia do vencimento.

§ 3º - As Notas Fiscais, requerimentos de pagamento, bem como os documentos de cobrança da **CONTRATADA**, deverão ser entregues na CBC, em seu Departamento de Contabilidade. As notas fiscais deverão conter os descritivos de cada serviço realizado.

§ 4º - Havendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos pela variação do IGP-M, calculado pela Fundação Getulio Vargas – FGV.

§ 5º Para efeito do imposto (ISS) incidente sobre a nota fiscal, deverão ser consideradas as seguintes condições:

I - De acordo com a Instrução Normativa DRM/GP nº 001 do município de Campinas, onde se encontra a sede da CBC, a Sociedade de Advogados estabelecida fora deste município, interessada em participar deste orçamento, deverá se cadastrar no CENE, caso esteja inserido na Tabela I do anexo II da referida Instrução Normativa. Caso não seja feito o cadastro, o ISS (5% do valor da nota) será descontado do pagamento).

II - Conforme o artigo 2º da Lei Complementar 116: O imposto não incide sobre: a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados.

§ 6º O valor contratado poderá ser reajustado depois de decorridos 12 (doze) meses. A repactuação de preços será feita mediante a aplicação do IGP-M, calculado pela Fundação Getulio Vargas – FGV.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

A **CONTRATADA** exhibe, neste ato, as certidões expedidas pelo FGTS e INSS (ou a nova certidão federal que contempla as contribuições da seguridade social) com prazo de validade em vigor, que demonstrem sua regularidade no cumprimento dos encargos estabelecidos em lei, obrigando-se a atualizá-las sempre que se vencerem no prazo de execução deste Contrato, como condição para liberação do respectivo pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – DOS ENCARGOS

Os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, de transportes e seguro, inclusive aqueles relativos a tributos, impostos e taxas, inclusive de administração, são de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, bem como despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza, despesas operacionais com frete e entrega, o valor dos materiais, custos com viagens, hospedagem, alimentação e outros gastos realizados para a execução dos serviços, matérias-primas, mão de obra, inclusive horas extras e adicionais

noturnos de profissionais, auxílio alimentação, auxílio transporte e transporte local, sendo que sua inadimplência, com relação a tais encargos, não transfere à **CONTRATANTE** o ônus pelo seu pagamento, não podendo onerar a presente avença.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução do contrato será exercida por agente do **CONTRATANTE**, devidamente designado para tanto, ao qual competirá velar pela perfeita exação do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da **CONTRATADA**. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência ao **CONTRATANTE** do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providencias exigidas da **CONTRATADA** para sanar a falha ou defeito apontado.

CLÁUSULA DÉCIMA– DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento das condições técnicas, comerciais ou jurídicas estabelecidas no edital, contrato caracterizará o descumprimento das obrigações assumidas e poderá acarretar ao participante as seguintes penalidades, previstas no instrumento convocatório:

I – advertência;

II – multa;

III – suspensão temporária para participar dos processos seletivos da CBC e de suas entidades filiadas e, por consequência, de contratar com a mesma, pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses e máximo de 24 (vinte e quatro) meses, nas condições estabelecidas no instrumento convocatório.

§ 1º - As penas previstas nos incisos I, II e III desta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente ou não, sem prejuízo da rescisão do ajuste por ato unilateral da CBC bem como a aplicação das demais disposições do RCC da CBC.

§ 2º - Das Multas:

I - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar, aceitar ou retirar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela **CONTRATANTE**, ensejará a multa correspondente a 30% do valor do ajuste ou, a critério da CBC, multa correspondente à diferença do preço resultante de nova aquisição para realização da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor.

II - A inexecução total do ajuste ensejará a aplicação de multa de 30% do valor do ajuste ou, a critério da CBC, multa correspondente à diferença do preço resultante de nova aquisição para realização da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor.

III - A inexecução parcial do ajuste ensejará a aplicação de multa de 20% calculada sobre o valor dos materiais não entregues ou serviços não executados ou, a critério da CBC, multa correspondente à diferença do preço, resultante da nova aquisição, referente à parcela da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor.

IV - O descumprimento injustificado de prazos fixados no contrato para entrega de materiais e execução de serviços com prazos determinados ensejará a aplicação das seguintes multas, que incidirão sobre o valor das obrigações não cumpridas:

- a - atraso de até 15 dias = 0,5% por dia de atraso
- b - atraso de 16 a 30 dias = 0,6% por dia de atraso
- c - atraso de 31 a 60 dias = 0,8% por dia de atraso

V - O atraso superior a 60 dias será considerado inexecução parcial ou total do ajuste, conforme o caso.

VI - Nos casos de materiais não entregues, o atraso será contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estabelecido para a entrega.

VII - Nos casos de materiais entregues e não aceitos, o atraso será contado a partir do 1º dia útil subsequente ao prazo estabelecido para a nova entrega.

VIII - O descumprimento das obrigações que ferem critérios e condições previstos nos contratos de prestação de serviços contínuos e que não configurem inexecução total ou parcial do ajuste ou mora no adimplemento, ensejará a aplicação de multa de 5% que incidirá sobre o valor mensal contratual correspondente ao mês da ocorrência.

§ 3º - Configurado o descumprimento da obrigação contratual, será a contratada notificada da infração e da penalidade correspondente, para apresentar defesa no prazo de 5 dias úteis contados do 1º dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

§ 4º - Recebida a defesa, a autoridade competente deverá manifestar-se motivadamente sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, para concluir pela imposição ou não da penalidade.

§ 5º - No caso de aplicação de quaisquer das sanções, a(s) mesma(s) deverá(ão) ser publicada(s) no Sítio Eletrônico da Confederação Brasileira de Clubes – CBC.

§ 6º - O valor correspondente à multa, após o devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito da ampla defesa à contratada, será descontado do primeiro pagamento subsequente devido à Contratada decorrente de execução contratual e no caso de não haver pagamentos pendentes à contratada, o valor da multa deverá ser recolhido à CBC, por meio de depósito bancário, no prazo de até 05 dias contados da publicação da multa no Sítio Eletrônico da Confederação Brasileira de Clubes – CBC.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no Regulamento de Compras e Contratações da CBC.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DESCONTOS

Os valores de quaisquer indenizações, bem como das multas aplicadas pela **CONTRATANTE**, serão descontados do pagamento devido à **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de vigência deste instrumento será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na forma do Regulamento de Compras e Contratações da CBC.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A execução deste Contrato será disciplinada pelo regulamento de Compras e Contratações da CBC, sendo regulada por cláusulas e preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Campinas/SP, por mais privilegiado que outro seja, para conhecer e dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

Para firmeza e validade do que ora se estabelece, foi lavrado este Termo, o qual lido e achado conforme pelas partes, ante as testemunhas a todo ato presentes, Eu, _____ lavrei o presente Termo em 2 (duas) vias de igual teor e para um só efeito, o que foi conferido por _____, [●] de [●] de 2015.

CONTRATANTE

CONTRATADA

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1 A contratada prestará serviços jurídicos na área contenciosa e de assessoramento jurídico em matéria de Direito Público, especificamente no âmbito de aquisições e contratos administrativos, da forma a seguir descrita:

1.1.1 Suporte jurídico na quantidade estimada de 30 (trinta) processos de aquisição/contratação nas modalidades Pregão, Convite, Concorrência e outros, dependendo dos valores de mercado obtidos e em observância ao RCC da CBC, e contemplarão as seguintes atividades para cada processo:

- a) Elaboração e/ou análise de editais de pregão, carta convite, concorrências e outros;
- b) Acompanhamento presencial das sessões dos processos de aquisição/contratação;
- c) Suporte técnico/jurídico para resposta a impugnações ao processo de aquisição e a pedidos de esclarecimentos;
- d) Suporte técnico/jurídico para o julgamento de recursos e contrarrazões;
- e) Atendimento a solicitações, manifestações, defesas e alegações de defesa em processos perante o Tribunal de Contas da União, Ministério do Esporte e outros, relativas aos processos de aquisição de que trata a presente contratação, ainda que ocorridas após a vigência do Contrato e eventuais prorrogações;
- f) Parecer jurídico para a realização de cada processo de aquisição/contratação;
- g) Análise jurídica e parecer sobre a execução do contrato e eventual processo sancionatório;
- h) Participação de reuniões, quando convocado, para prestar esclarecimentos relacionados ao objeto do processo de aquisição.

1.1.1.1 A elaboração e/ou análise de editais deverão levar em consideração a realidade e natureza dos bens e serviços a serem contratados, a realidade e natureza jurídica da CBC e as orientações dos Órgãos de Controle e do Tribunal de Contas da União em matérias similares.

1.1.2. Suporte técnico/jurídico na realização da quantidade estimada de 16 (dezesesseis) processos de dispensa e/ou inexigibilidade de processo de aquisição, contemplando, dentre outras atividades, aquelas a que se referem as alíneas “e” a “h” do item 1.1.1.

1.1.3. Suporte Técnico/Jurídico na área de consultoria, com emissão da quantidade estimada de 30 (trinta) pareceres a respeito de todo o tipo de processos judiciais e administrativos ou a respeito de matéria de Direito Público, especificamente no âmbito de aquisições e contratos administrativos, que não se refiram às contratações referidas nos itens 1.1.1 e 1.1.2 acima, versando sobre casos concretos ou matéria em tese, notadamente aquelas pertinentes à aplicação do Regulamento de Compras e Contratações da CBC.

1.1.4 Em quaisquer situações a que se refere o Anexo II - Termo de Referência e o presente Edital, os Pareceres jurídicos sobre casos concretos deverão enfrentar a questão sob a ótica da realidade e natureza jurídica da CBC e, explicitando a fundamentação jurídica, bem com apontando os fundamentos legais, regulamentares, regimentais, dentre outros de relevância no contexto da consulta, deverão ser conclusivos e levar em consideração as orientações específicas e/ou gerais de Órgãos de Controle e do Tribunal de Contas da União, Ministério do Esporte, em especial em casos ou situações semelhantes às da realidade esportiva, as quais deverão constar dos respectivos Pareceres.

1.1.4.1 Os Pareceres jurídicos sobre matérias em tese deverão, além de observar o disposto no item 1.1.4 acima, apontar e orientar quanto às situações e caminhos mais adequados e seguros a serem eventualmente adotados pela CBC e/ou suas filiadas, alertando quanto à eventuais riscos na adoção de determinadas medidas e ações.

1.1.4.2 Em qualquer hipótese o Parecer Jurídico deverá ser conclusivo, assinado por Advogado na respectiva área de atuação objeto da consulta e enfrentar todas as questões elencadas na solicitação, sendo que, em caso de conclusão negativa quanto à possibilidade jurídica de eventual contratação ou medida a ser adotada, o mesmo deverá apontar de forma clara e inequívoca, com os devidos fundamentos legais, as alternativas para a referida contratação ou medida.

1.1.4.3 No que se refere à quantidade de Pareceres Jurídicos a que se refere o presente Edital, em especial, mas não se limitando ao suporte técnico/jurídico na área de consultoria descrito no item 1.1.3, considera-se (01) Consulta a Solicitação enviada pela CBC, independentemente do número de questionamentos nela inserida.

1.1.5. Realização da quantidade estimada de 20 (vinte) horas de treinamentos/capacitação sobre os assuntos relativos ao objeto dos certames e/ou qualquer aspecto relativo à aplicação do RCC da CBC. As despesas com transporte até o local do evento correrão a expensas da CBC, exceto se o evento ocorrer na cidade da própria sede da CBC, em Campinas/SP.

1.1.5.1. Nos termos do Edital, as horas de treinamento serão descritas em relatórios de execução, sendo que o seu fracionamento (exemplo: 1 hora e 34 minutos) será pago de forma proporcional ao tempo de efetiva atividade, considerando “atividade” exclusivamente o tempo despendido para a apresentação do tema, não abrangidos, dentre outros, o tempo de deslocamento até o local do evento, o tempo necessário para a elaboração e estudo do tema a ser abordado, por considerar que os responsáveis pela apresentação já possuem a qualificação técnica adequada para tanto, bem como o tempo de paralisação da atividade, seja por problemas técnicos, por intervalos ou outros.

1.1.5.2. Para os fins da presente contratação, considera-se 01 (uma) hora o período de 60 (sessenta) minutos.

Prazos:

- a) A elaboração e/ou análise de Editais de Pregão, de Carta Convite, de Concorrência, deverão ser realizadas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da solicitação do CBC.
- b) Os suportes técnico e jurídico às impugnações, esclarecimentos: no prazo máximo de 1 (um) dia útil da solicitação da CBC, respeitado o prazo estabelecido no processo para as manifestações.
- c) Os suportes técnico e jurídico na análise de recursos e contrarrazões deverão ser prestados no prazo estabelecido no processo.
- d) As solicitações, manifestações, alegações de defesa perante o Tribunal de Contas da União, Ministério do Esporte e outros serão prestadas no prazo regimental.
- e) As consultas serão respondidas no prazo máximo de 48 horas da solicitação da CBC ou no prazo regimental.
- f) As opiniões jurídicas, por meio de Pareceres, serão apresentadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

1.1.6 **Forma de atendimento:** atendimento pessoal e presencial no escritório de advocacia, na sede da CBC ou em local indicado pela CBC, sobre as matérias cobertas neste edital.

2. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 A execução dos serviços dar-se-á conforme requisição da CBC, que solicitará os serviços da CONTRATADA conforme se apresentem suas necessidades em relação ao objeto, sendo certo que a quantidade das aquisições e processos a que se refere o presente Edital é apenas estimada, não constituindo obrigação da CBC a contratação de todos os serviços descritos.

2.2 A requisição e atesto dos serviços serão efetuados exclusivamente por escrito, por intermédio do Departamento de Contratações da CBC;

2.3 As requisições de serviço devem ser atendidas no prazo estipulado em cada requisição, prazo este que deverá ser compatível com as necessidades da CBC e a complexidade da demanda.

2.4 A descrição dos serviços executados, bem como das horas técnicas despendidas em sua realização no caso de serviços relacionados ao item 1.1.5 deste Termo de Referência, será detalhada pela contratada em RELATÓRIO DE EXECUÇÃO e atestada pela CBC, observando-se os prazos e critérios previstos no Edital.

2.5 As solicitações para participação em reuniões serão requisitadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito horas).

2.6 As solicitações para participação em treinamentos/capacitação serão requisitadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.

2.7 Os serviços, prestados pessoalmente pela equipe técnica da sociedade de advogados, listada durante o processo de aquisição, deverão ser prestados de forma ininterrupta durante todo o período da contratação, cabendo à contratada designar pessoas em número suficiente para o atendimento das demandas, zelando para que haja solução e continuidade na execução do objeto do Edital, sendo certo que qualquer processo e/ou procedimento decorrente da contratação e que venha a ocorrer em período futuro, estarão englobados nos serviços contratados.

2.8 O prazo de vigência do Contrato será de (12) doze meses a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do RCC da CBC, sem prejuízo da manutenção dos serviços e efeitos, considerando a natureza das obrigações e a possibilidade de ocorrências futuras relativas ao objeto das aquisições a que se refere o Edital. Os honorários descritos na Proposta poderão sofrer reajustes depois de decorridos os primeiros doze meses de contrato, nos termos do Edital.

2.9 Nos termos do Edital, quaisquer despesas incorridas pela Sociedade de Advogados prestadora do serviço objeto da presente contratação, tais como deslocamento até a Sede da CBC, alimentação, hospedagem e outros, correrão a expensas da referida Sociedade de Advogados.

3. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 O valor estimado da contratação é de **R\$ 237.246,36 (duzentos e trinta e sete mil, duzentos e quarenta e seis reais e trinta e seis centavos)**, obtido em razão da média aritmética dos orçamentos obtidos pela CBC, conforme planilha constante do Anexo IX – Planilha de Estudo de Mercado, do Edital.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES -

À

.....

Ref.: CONCORRÊNCIA nº NLP - 017/2015

A empresa com sede na nº Bairro , cidade de , inscrita no CNPJ nº por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) , portador (a) Carteira de Identidade R.G. nº e do CPF nº
DECLARA ,para fins do Regulamento de Compras e Contratações da CBC, que não emprega menor de dezoito anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Local/Data

(Carimbo da empresa, nome e cargo da pessoa que assina)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Anexo IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

(Documento a ser redigido em papel timbrado do participante)

À

.....

CONCORRÊNCIA nº NLP 017/2015

DECLARAMOS, para os devidos fins de direito sob as penalidades cabíveis, inexistir fato impeditivo à nossa habilitação para a CONCORRÊNCIA acima identificada.

Local/data

(Carimbo da empresa, nome e cargo da pessoa que assina)

ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

A empresa _____, estabelecida na _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, oferece proposta para a **CONCORRÊNCIA Nº NLP 017/2015**.

Descrição	UNIDADE	Valor Unitário	VALOR GLOBAL
<p>1. Suporte técnico/jurídico na quantidade estimada de 30 (trinta) processos de aquisição nas modalidades de pregões, convite, concorrência e outros, dependendo dos valores de mercado obtidos e em observação ao RCC da CBC, e contemplarão as seguintes atividades para cada processo:</p> <p>a) Elaboração e/ou análise de editais de, carta convite e concorrências;</p> <p>b) Acompanhamento presencial das sessões dos processos de aquisição;</p> <p>c) Suporte técnico/jurídico para resposta a impugnações ao processo de aquisição e a pedidos de esclarecimentos;</p> <p>d) Suporte técnico/jurídico para o julgamento de recursos e contrarrazões;</p> <p>e) Atendimento a solicitações, manifestações, defesas e alegações de defesa em processos perante o Tribunal de Contas da União, Ministério do Esporte e outros, relativas aos processos de aquisição de que trata a presente contratação, ainda que ocorridas após a vigência do Contrato e eventuais prorrogações;</p> <p>f) Parecer jurídico para a realização de cada processo de aquisição.</p> <p>g) Análise jurídica e parecer sobre a execução do contrato e eventual processo sancionatório.</p>	Por Processo	R\$.....	R\$.....

h) Participação de reuniões, quando convo para prestar esclarecimentos relacionado objeto da aquisição.			
2. Suporte jurídico na realização da quantidade estimada de 16 (dezesesseis) processos de dispensa ou inexigibilidade de processo de aquisição, contemplando, dentre outras atividades, aquelas a que se referem as alíneas “e” a “h” do item 1.1.1 do Edital.	Por Processo	R\$.....	R\$.....
3. Na área de consultoria, com emissão da quantidade estimada de 30 (trinta) pareceres a respeito de todo o tipo de processos judiciais e administrativos ou a respeito de matéria de Direito Público, especificamente no âmbito de aquisições e contratos administrativos, versando sobre casos concretos ou matéria em tese, notadamente aquelas pertinentes à aplicação	Por Parecer	R\$.....R\$.....	R\$.....
4. Realização da quantidade estimada de 20 (vinte) horas de treinamentos/capacitação sobre os assuntos relativos ao objeto dos certames e/ou qualquer aspecto relativo à aplicação do RCC da CBC. As despesas com transporte até o local do evento correrão a expensas da CBC, exceto se o evento ocorrer na cidade da própria sede, em Campinas/SP.	Por Hora	R\$.....	R\$.....
		TOTAL	R\$.....

A proponente obriga-se a cumprir todos os termos do Edital e do Contrato a ser firmado com a vencedora do certame.

Declaramos que nos honorários apresentados estão incluídos:

- a) Todos os tributos, impostos, tarifas e todos e quaisquer encargos decorrentes da execução dos serviços, como também as despesas operacionais de viagens, estadias e refeições, dentre outras, para prestar os serviços na sede ou sub sede da CBC, que ficarão a cargo da Sociedade de Advogados.
- b) Despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza;
- c) Quaisquer outras despesas, diretas ou indiretas, enfim, todos os componentes de custo dos serviços, necessários à perfeita satisfação do objeto desta Concorrência;

A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de Concorrência.

Condição de pagamento:

Conta Corrente:

Agência:

cidade:

(nome e assinatura do representante legal do participante)

R.G. :

Cargo :

ANEXO VI

MODELO DE INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO

À

REF.: CONCORRÊNCIA nº NLP 017/2015

Prezados Senhores:

Pelo presente documento, **outorgamos** ao Sr _____ (*nome, qualificação e endereço*), portador da carteira de identidade nº _____, expedida pelo (a) _____, inscrito no CPF nº _____, poderes para representar a empresa _____ (*razão social e endereço do participante*) inscrita no CNPJ nº _____, no certame em epígrafe, podendo praticar todos os atos necessários e indispensáveis ao bom e fiel desempenho deste mandato, inclusive, prestar esclarecimentos, receber notificações e manifestar-se quanto a sua desistência de interpor recurso e de participar do certame.
Atenciosamente,

(Assinatura)

(Nome e cargo do outorgante)

Observação:

O Instrumento de Procuração deverá ser apresentado em papel timbrado do participante e estar assinado por um representante legal que tenha poderes para constituir mandatário.

O Instrumento de Procuração e o documento que comprova a representatividade legal do outorgante, deverão ser entregues pelo credenciado, ao Presidente da Comissão de Aquisição, juntamente com os envelopes de Documentação, Proposta Técnica e Proposta de Preço da interessada.

ANEXO VII

EQUIPE TÉCNICA ESPECIALIZADA (MODELO).

REFERÊNCIA: CONCORRÊNCIA nº NLP 017/2015

INDICAÇÃO DE MEMBROS DA EQUIPE TÉCNICA

RAZÃO SOCIAL DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS: _____

NÚMERO OAB/____.	VÍNCULO E ÁREA DE ATUAÇÃO:	NOME DO PROFISSIONAL INDICADO:

Conforme consta dos termos deste edital, comprometemo-nos a exercer as atividades descritas nos serviços objeto do processo de aquisição em referência, declarando atuarmos no âmbito dos serviços jurídicos especializados e de consultoria jurídica em matéria de Direito Público, especificamente no âmbito de aquisições/licitações e contratos administrativos, conforme Currículos anexos.

Da mesma forma, declara o(s) representante(s) legal(is) da Sociedade de Advogados em referência serem as informações prestadas verdadeiras e se compromete a utilizar a equipe técnica descrita nos serviços a serem prestados, bem como garantir a disponibilidade para a presença na Sede da CBC, em reuniões eventualmente convocadas, sem prejuízo para a necessidade de presença, dos responsáveis pelos processos, em sessões ou outras atividades relativas ao objeto da contratação.

Assinatura

Nome:

Cargo:

Assinatura

Nome:

Cargo:

FIRMA /CNPJ SOCIEDADE DE ADVOGADOS
CARIMBO E ASSUNATURA DO REPRESENTANTE LEGAL
Obs: As declarações poderão ser apresentadas individualmente.

ANEXO VIII

EQUIPE TÉCNICA ESPECIALIZADA (TREINAMENTOS) (MODELO).

REFERÊNCIA: CONCORRÊNCIA N° NLP 017/2015:

INDICAÇÃO DE MEMBROS DA EQUIPE TÉCNICA

RAZÃO SOCIAL DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS: _____

NÚMERO OAB/____.	VÍNCULO E ÁREA DE ATUAÇÃO:	NOME DO PROFISSIONAL INDICADO:

Conforme consta dos termos deste edital, comprometemo-nos a exercer as atividades descritas nos serviços objeto do processo de aquisição em referência, declarando atuarmos no âmbito dos serviços jurídicos especializados e de consultoria jurídica em matéria de Direito Público, especificamente no âmbito de aquisições/licitações e contratos administrativos, conforme Currículos anexos, bem como termos experiência na realização de treinamentos/capacitações no que se refere ao objeto descrito.

Da mesma forma, declara o(s) representante(s) legal(is) da Sociedade de Advogados em referência serem as informações prestadas verdadeiras e se compromete a utilizar a equipe técnica descrita nos serviços a serem prestados, bem como garantir a disponibilidade para a presença nos eventos da CBC, quando convocada.

Assinatura

Nome:

Cargo:

Assinatura

Nome:

Cargo:

FIRMA /CNPJ SOCIEDADE DE ADVOGADOS
CARIMBO E ASSUNATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

Obs: As declarações poderão ser apresentadas individualmente.

ANEXO IX
PLANILHA DE ESTUDO DE MERCADO
ESTUDO DE MERCADO - CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA JURÍDICA

Descrição	Unidade	Escritório 1		Escritório 2		Escritório 3		Escritório 4	
		Valor Unitário	Valor Global	Valor Unitário	Valor Global	Valor Unitário	Valor Global	Valor Unitário	Valor Global
1. Suporte jurídico na quantidade estimada de 30 (trinta) processos de aquisição nas modalidades de pregões, convite, concorrência e outros, dependendo dos valores de mercado obtidos e em observação ao RCC da CBC, e contemplarão as seguintes atividades: a) Elaboração e/ou análise de editais de pregão, carta convite e concorrências; b) Acompanhamento presencial das sessões dos processos de aquisição; c) Suporte técnico para resposta a impugnações ao processo de aquisição e a pedidos de esclarecimentos; d) Suporte técnico para o julgamento de recursos e contrarrazões; e) Atendimento a solicitações, manifestações, alegações de defesa perante o Tribunal de Contas da União, Ministério do Esporte e outros, relativas aos processos de aquisição de que trata a presente contratação; f) Parecer jurídico para a realização de cada processo de aquisição. g) Análise jurídica e parecer sobre a execução do contrato e eventual processo sancionatório. h) Participação de reuniões, quando convocado, para prestar esclarecimentos relacionados ao objeto licitado;	Por processo	R\$ 5.500,00	R\$ 165.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 90.000,00	R\$ 3.586,64	R\$ 107.599,20	R\$ 1.500,00	R\$ 45.000,00
2. Suporte jurídico na realização da quantidade estimada de 16 (dezesesseis) processos de dispensa ou inexigibilidade de licitação.	Por processo	R\$ 3.500,00	R\$ 56.000,00	R\$ 2.500,00	R\$ 40.000,00	R\$ 3.586,64	R\$ 57.386,24	R\$ 2.000,00	R\$ 32.000,00
3. Na área de consultoria, com emissão da quantidade estimada de 30 (trinta) pareceres a respeito de todo o tipo de processos judiciais e administrativos ou a respeito de matéria de Direito Público, especificamente no âmbito de aquisições e contratos administrativos, versando sobre casos concretos ou matéria em tese, notadamente aquelas pertinentes à aplicação do Regulamento de Compras e Contratações da CBC.	Por parecer	R\$ 2.500,00	R\$ 75.000,00	R\$ 2.500,00	R\$ 75.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 2.500,00	R\$ 75.000,00

4. Realização da quantidade estimada de 20 (vinte) horas de treinamentos e palestras sobre os assuntos relativos ao objeto do certame. As despesas com transporte até o local do evento correrão a expensas da CBC, exceto se o evento ocorrer na cidade da própria sede, em Campinas/SP.									
	Por hora	R\$ 1.500,00	R\$ 30.000,00	R\$ 550,00	R\$ 11.000,00	R\$ 750,00	R\$ 15.000,00	R\$ 750,00	R\$ 15.000,00
		Total 1	R\$ 326.000,00	Total 2	R\$ 216.000,00	Total 3	R\$ 239.985,44	Total 4	R\$ 167.000,00
Valor Médio: R\$ 237.246,36									